



**CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS  
EM ESCOLAS REGULAR**

**TEACHER CONCEPTIONS ABOUT THE ADOPTION OF INCLUSIVE  
PRACTICES IN REGULAR SCHOOLS**

**CONCEPCIONES DOCENTES SOBRE LA ADOPCIÓN DE PRÁCTICAS  
INCLUSIVAS EN LAS ESCUELAS REGULARES**



10.56238/edimpecto2025.092-013

**Matheus Alves Brito de Almeida**

Mestre em Ciências da Educação

Instituição: Florida University

E-mail: matheustga\_almeida@hotmail.com

**Gabriely Zaniratti Damica**

Mestre em Políticas Sociais

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF)

E-mail: mdesouzabatista@gmail.com

**Filipe Zaniratti Damica**

Doutor em Biociências e Biotecnologia

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF)

E-mail: filipezanirattiveloso@gmail.com

**Leomar Zaniratti Damica**

Licenciando em Educação Física

Instituição: Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI)

E-mail: lzaniratti12@gmail.com

**Sabrina Paradizo Gomes**

Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico

Instituição: Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI)

E-mail: sabrinaparadizo@gmail.com

**Douglas Ribeiro Lucas**

Doutor em Biociências e Biotecnologia

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF)

E-mail: douglasdemart@outlook.com



## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo compreender a percepção dos professores de Educação Física sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede pública e particular da região do Caparaó Capixaba (ES). O estudo revelou que a maioria dos docentes possui pouca experiência profissional e formação limitada em educação inclusiva, o que impacta diretamente sua atuação com alunos da educação especial. Verificou-se ainda que a resistência de turmas, a falta de infraestrutura e a ausência de formação continuada figuram entre os principais obstáculos à inclusão. Apesar das dificuldades, os participantes reconhecem a relevância da Educação Física como instrumento de socialização, cooperação e desenvolvimento integral, reforçando a necessidade de políticas públicas que incentivem a capacitação docente e a criação de ambientes escolares inclusivos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Educação Física Escolar. Formação Docente.

## ABSTRACT

This research aimed to understand Physical Education teachers' perceptions of the inclusion of students with special educational needs in public and private schools in the Caparaó Capixaba region (ES), Brazil. The study found that most teachers have limited professional experience and insufficient training in inclusive education, which directly affects their performance with students with disabilities. Results also indicated that class resistance, lack of infrastructure, and absence of continuing education are among the main challenges to inclusion. Despite these barriers, participants recognize Physical Education as a key tool for promoting socialization, cooperation, and holistic development, emphasizing the importance of public policies that foster teacher training and inclusive school environments.

**Keywords:** Inclusive Education. School Physical Education. Teacher Training.

## RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo comprender la percepción de los profesores de Educación Física sobre la inclusión de estudiantes con necesidades educativas especiales en escuelas públicas y privadas de la región de Caparaó Capixaba (ES). El estudio reveló que la mayoría de los docentes tienen poca experiencia profesional y limitada formación en educación inclusiva, lo que impacta directamente en su trabajo con los estudiantes de educación especial. También se encontró que la resistencia de las clases, la falta de infraestructura y la falta de formación continua se encuentran entre los principales obstáculos para la inclusión. A pesar de las dificultades, los participantes reconocen la relevancia de la Educación Física como instrumento de socialización, cooperación y desarrollo integral, reforzando la necesidad de políticas públicas que fomenten la formación docente y la creación de ambientes escolares inclusivos.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva. Educación Física Escolar. Formación de Profesores.



## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a percepção dos professores sobre a importância das aulas de Educação Física inclusiva para estudantes da Educação Especial matriculados em escolas regulares. O problema central da pesquisa busca compreender como os docentes percebem e enfrentam os desafios de incluir alunos com deficiência em suas práticas pedagógicas, considerando o papel fundamental da Educação Física no processo de socialização e desenvolvimento global dos educandos.

Autores como Ferreira (2018) defendem que uma escola inclusiva parte da premissa de que todas as crianças podem aprender juntas, valorizando a diversidade e adaptando as práticas pedagógicas às necessidades individuais. Nessa perspectiva, a Educação Física assume um papel essencial, pois, segundo Souza (2011), promove a autoestima, a confiança e a superação de limites, contribuindo para a inclusão social e o bem-estar dos alunos.

O estudo busca identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores, as estratégias pedagógicas utilizadas e a importância das práticas inclusivas na construção de uma escola mais democrática. A pesquisa considera também as implicações legais e os avanços históricos da inclusão escolar no Brasil, especialmente no contexto da região do Caparaó/ES.

Como profissional de Educação Física, o autor destaca que a formação docente ainda carece de preparo adequado para lidar com a diversidade, exigindo formação continuada e reorganização curricular. A escola inclusiva deve garantir igualdade de oportunidades, respeitando a diversidade humana e assegurando o acesso, a participação e a aprendizagem de todos.

A Educação Física, ao trabalhar a cultura corporal e o movimento, constitui-se em espaço privilegiado para promover a interação, o respeito e a empatia, favorecendo a convivência entre alunos com e sem deficiência. Nesse sentido, a disciplina se consolida como uma ferramenta indispensável na efetivação da educação inclusiva, contribuindo para uma sociedade mais justa, consciente e livre de preconceitos (Lima; Duarte, 2001).

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MARCOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

O documento “Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência” define pessoas com deficiência como aquelas incapazes de suprir, total ou parcialmente, suas necessidades individuais ou sociais em decorrência de limitações físicas ou mentais (ONU, 1975). A Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, Espanha, consolidou a inclusão escolar como um princípio fundamental, defendendo que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou diferenças, e que as escolas devem adaptar-se aos estilos, ritmos e necessidades de aprendizagem de cada aluno (Declaração de Salamanca, 1994).



A partir de Salamanca, surgiram leis e decretos para fortalecer a Política de Inclusão, promovendo a participação ativa de alunos com deficiência na vida escolar e social. A declaração enfatiza que a educação deve ser acessível a todos, incluindo crianças com deficiência, crianças talentosas, minorias étnicas, linguísticas ou culturais, bem como crianças em situação de vulnerabilidade social (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18). Nesse contexto, o termo “necessidades educativas especiais” passou a abranger todos os alunos cujas dificuldades decorram de suas capacidades ou formas de aprendizagem, destacando que a Educação Especial deve ser um recurso de suporte e não um sinônimo de exclusão (Bueno, 2008; Garcia & Michels, 2018).

No Brasil, o percurso histórico da inclusão escolar apresenta avanços significativos, tais como:

- 1927: fundação da primeira instituição brasileira dedicada a pessoas excepcionais (Pestalozzi, RS);
- 1943-1978: legislações iniciais garantindo tratamento especial e acesso à educação;
- 1988: Constituição Federal assegura igualdade e direito à educação para todos;
- 1994: Declaração de Salamanca orienta políticas inclusivas;
- 1996: LDB (Lei nº 9.394/96) prioriza a educação inclusiva na rede regular;
- 2006: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reforça o direito à educação sem discriminação;
- 2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência institui diretrizes para a inclusão em todos os níveis de ensino;
- 2020: Decreto Legislativo nº 437 institui a Política Nacional de Educação Especial, Equitativa e Inclusiva.

Apesar dos avanços, ainda existem desafios para a efetiva implementação da inclusão, relacionados à formação docente, estrutura escolar e adaptação curricular. No entanto, a consolidação de políticas públicas, aliada à aplicação dos princípios da Declaração de Salamanca, reforça a necessidade de que todas as escolas garantam igualdade de oportunidades, participação plena e aprendizagem de qualidade para todos os alunos, promovendo uma educação realmente inclusiva.

Portanto, A inclusão deve estar inserida em todas as realidades, inclusive nas escolas, que devem modificar toda a sua organização para melhor atender a essa nova clientela. O ensino regular passa a ser direito de todos, independentemente de suas habilidades e/ou deficiências, todos os sujeitos estão garantidos por lei o direito a escola, ao ensino, a aprendizagem.

Vive-se hoje uma necessidade da construção de uma escola para todos, que seja estruturada de forma a complementar as necessidades de todos os sujeitos. Dessa maneira a inclusão de estudantes com necessidades especiais no ensino regular é uma forma de transformar a realidade



das escolas, pois estas precisam reorganizar o currículo desenvolvendo assim um enriquecimento curricular para que possam receber esses alunos de forma adequada.

Porém, incluir é um grande desafio, afinal transformar a visão de uma sociedade que viveu durante anos com a ideia de que as pessoas com necessidades especiais não são capazes não é algo fácil, por isso é imprescindível a participação de todos os componentes da comunidade escolar nesse processo de inclusão, colaborando de maneira ativa para que esse sujeito se sinta incluso no ambiente escolar, quando não raro, é na maioria das situações o único grupo do qual o deficiente faz parte. Quando esta inclusão não ocorre, verifica-se alterações na sua autoestima, no seu comportamento e consequentemente no seu desenvolvimento.

Diante dos objetivos apresentados, a pergunta de pesquisa ao qual esse trabalho busca responder é: qual a percepção dos professores, diante da importância das aulas de educação física inclusiva para estudantes da rede pública da educação especial nas escolas regulares ?

Com base nas perguntas de investigações citadas no item anterior é que essa pesquisa propõe conhecer a percepção dos professores sobre a importância das aulas de educação física inclusiva para portadores de necessidades especiais e o seu papel no ambiente escolar.

A Educação Inclusiva (EI) é um processo que visa garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os estudantes no ensino regular, promovendo mudanças culturais, políticas e pedagógicas que contemplem a diversidade humana (Noronha & Pinto, 2011; Paulon, 2005). Historicamente, a educação especial atendia apenas indivíduos com deficiência ou superdotados, mas a partir do século XX iniciou-se um movimento em direção à inclusão, consolidando-se nas décadas de 1980 e 1990 a ideia de uma educação única, não segregada (Celedón, 2008).

A inclusão social passou a orientar práticas e políticas escolares, valorizando a diversidade, eliminando discriminação e garantindo cidadania (Sasaki, 2003). Embora integração e inclusão sejam conceitos complementares, a inclusão se diferencia ao garantir que todos os alunos recebam educação de qualidade, com adaptações que respeitem suas necessidades individuais (Mazzotta, 2002; Mantoan, 1997; 2007).

A legislação brasileira — da Constituição Federal de 1988 à Lei Brasileira de Inclusão (2015) — reforça o direito de acesso igualitário à educação e à participação social, promovendo cidadania e equidade para pessoas com deficiência (BRASIL, 1988; Vicente & Aguado, 2016). A formação docente é central nesse processo, exigindo competências para adaptar conteúdos, metodologias e avaliações, além de atitudes de empatia, paciência e valorização da diversidade.

A Educação Física desempenha papel estratégico na inclusão, oferecendo atividades corporais, esportivas e recreativas que promovem socialização, autoestima e superação de limites, estimulando um ambiente escolar democrático e inclusivo. No entanto, desafios persistem, incluindo resistência



institucional, preconceito e falta de preparo docente, exigindo capacitação contínua e construção de redes de apoio (Glat et al., 2003; Mantoan, 2006).

O currículo escolar desempenha função central na educação inclusiva. Segundo Pacheco (2005) e Goodson (1995), currículo é um “curso a ser seguido”, sendo necessário que ele acomode a diversidade e permita diferentes caminhos de aprendizagem. Conceitos como adaptação curricular, flexibilidade curricular e adequação curricular surgem para orientar a construção de currículos capazes de atender às necessidades de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação (Garcia, 2007, 2008).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) reforça que currículos devem adaptar-se aos estudantes, sem criar currículos distintos para cada grupo, oferecendo apoio pedagógico suplementar dentro do currículo regular. A flexibilidade curricular permite ajustar conteúdos, metodologias, organização do tempo e estratégias de avaliação para garantir a inclusão e o sucesso educacional.

Autores como Antunes (2008), Garcia (2008), Glat, Moreira e Pletsch (2008), e Oliveira e Machado (2007) destacam que a relação entre Educação Especial e currículo é complexa, exigindo reflexão constante sobre práticas pedagógicas e adaptação às necessidades individuais dos alunos. A educação inclusiva não se limita a adaptar alunos ao sistema escolar, mas implica transformar estruturas e práticas pedagógicas para reduzir desigualdades e promover equidade no processo de ensino-aprendizagem (Garcia, 2008).

Portanto, a inclusão educacional depende de uma abordagem integrada, envolvendo adaptação curricular, flexibilidade, formação docente contínua, uso de tecnologias assistivas e articulação com a comunidade escolar. Somente assim é possível assegurar que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso efetivo à aprendizagem e à participação social, contribuindo para uma educação democrática, plural e humanista.

Nas últimas décadas, a Educação Física (EF) tem perdido espaço nas escolas, em parte devido à percepção equivocada de alunos e profissionais de que a disciplina seria dispensável. Essa visão resulta, muitas vezes, da prática docente, centrada em atividades esportivas tradicionais e no atendimento às preferências dos estudantes, especialmente futebol, sem seguir um currículo estruturado e inclusivo (Paim, 2002). Segundo Gorgatti (2005), tal abordagem historicamente valoriza habilidades técnicas, promovendo exclusão de alunos considerados “menos aptos”.

Originalmente, a EF escolar era pautada pelo ideal do corpo atlético e pela visão higienista, com participação restrita aos alunos considerados aptos, sendo os demais direcionados a aulas corretivas ou salas especiais (Strapasson & Carniel, 2007). A inclusão de alunos com deficiência passou a ganhar espaço após a Declaração de Salamanca, levando a uma transformação gradual do atendimento, que evoluiu de uma abordagem reabilitadora para uma perspectiva crítica e progressista.



Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) orientam que a EF deve basear-se nas concepções socioculturais do corpo e do movimento, promovendo participação, cooperação, socialização e valorização das competências individuais (Brasil, 1998). Espaços escolares, como quadras e pátios, devem ser organizados para permitir que todos os alunos, independentemente de suas características, participem efetivamente do processo de aprendizagem.

Entretanto, a prática ainda enfrenta desafios, como valorização insuficiente do trabalho docente, recursos escassos e estruturas físicas inadequadas, especialmente em escolas públicas (Freitas, 2008). Muitos alunos com deficiência permanecem excluídos de atividades que priorizam habilidades esportivas, negligenciando aspectos fundamentais como socialização, criatividade e cooperação (Rodrigues, 2003).

A EF adaptada surgiu no Brasil nos anos 1980, voltada à formação acadêmica e profissional dos docentes para atender às necessidades de alunos com deficiência, promovendo integração e participação social (Oliveira, Santos & Rabello, 2011). Apesar dos avanços, nem todos os profissionais incorporaram essas mudanças, permanecendo com aulas metodicamente repetitivas e pouco inclusivas.

O papel da EF escolar na inclusão é estratégico, pois, por meio das atividades corporais e esportivas, promove autoestima, socialização e valorização da diversidade. A disciplina deve garantir a participação de todos os alunos, respeitando suas limitações, vontades e potencialidades, e oferecer oportunidades para que desenvolvam suas capacidades físicas, cognitivas e sociais de forma democrática e não seletiva (Boato, 2006; Guijarro, 2005; Brasil, 1997).

Assim, a Educação Física deve ser compreendida como componente essencial da formação integral, contribuindo para a construção de um ambiente escolar inclusivo, justo e plural, no qual todos os estudantes possam participar ativamente, valorizando suas diferenças e potencialidades.

Historicamente, a cerca de 3 mil anos a. C. tem-se registro da participação de pessoas deficientes na prática de atividades físicas, mas foi a Primeira Guerra Mundial que exerceu fator essencial na inserção desses sujeitos em atividades recreativas e exercícios terapêuticos. Já no final do século XIX, os programas de atividade física começaram a passar de treinamento físico com orientação médica para Educação Física voltada para o esporte (STRAPASSON; CARNIEL, 2007).

Porém, percebe-se que apesar de inseridos a muito tempo em atividades esportivas, os portadores de necessidades especiais ainda não conseguiram garantir totalmente seu espaço no cenário social e educacional, sendo muitas das vezes excluídos, principalmente no que diz respeito às aulas de educação física.

A inclusão de crianças com deficiências nas aulas de educação física ainda é algo que está acontecendo aos poucos, pois muitos professores ainda possuem certo receio em receber essa nova clientela, além disso, alguns pais são resistentes as aulas, não acreditando que as aulas de educação





física possam colaborar com desenvolvimento do seu filho portador de necessidades especiais. Segundo Field e Oates (2001 *apud* GORGATTI, 2005) muitos pais não possuem informações sobre as possibilidades de seus filhos com relação à atividade física, acreditando que tal atividade possa colocar seus filhos em risco.

De acordo com Rodrigues (2003), a educação física tem-se mantido à margem do movimento de inclusão, desde a década de 90, apesar de muitas crianças portadoras de necessidades especiais consigam ter acesso a escola regular, boa parte dessas são dispensadas das aulas de educação física ou por insegurança do professor, ou por recomendação da família. Entretanto, é importante salientar que a educação física é um direito do aluno, nesse sentido, ele não pode simplesmente ser dispensado, a não ser em casos de recomendação médica.

Entretanto, essa dispensa muitas vezes está relacionada a falta de conhecimento dos professores de educação física, em sua grande maioria não possuem formação adequada, são carentes de informação acerca das deficiências, e logo das limitações dos alunos portadores de necessidades especiais.

Porém, como afirma Gorgatti (2005), a educação física por ser efetivamente uma “área chave” no processo de educação inclusiva, pois a partir das aulas pode transformar a realidade de muitos alunos, e levar toda a comunidade escolar a observar o portador de necessidades especiais diante de suas habilidades e não de suas limitações.

Os conteúdos de educação física podem colaborar com o desenvolvimento de diferentes potencialidades do indivíduo, desenvolvendo “conhecimentos relativos aos fatos, conceitos, princípios e capacidades cognitivas, como memorização, classificação, entre outras” (GORGATTI, 2005).

A inclusão nas aulas de Educação Física (EF) traz múltiplos benefícios, permitindo que todos os alunos descubram suas habilidades, aprendam a conviver em grupo, compartilhem ideias, aceitem diferenças e se beneficiem mutuamente das experiências de aprendizagem, inclusive por meio da interação com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). No entanto, essa inclusão depende diretamente da preparação e capacitação contínua do professor, que deve buscar novos conhecimentos e estratégias para adequar suas aulas às demandas de todos os estudantes (Freitas & Leucas, 2009).

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que o docente identifique as habilidades individuais de cada aluno, promova cooperação e socialização, e utilize métodos que priorizem a participação e o desenvolvimento integral, ao invés de focar exclusivamente em habilidades esportivas (Iverson, 1999; Gorgatti, 2005). Isso inclui medidas como elaboração de propostas pedagógicas com diagnóstico de necessidades, currículo adaptado à realidade social, recursos físicos e materiais acessíveis, e apoio de equipes multidisciplinares.





A prática inclusiva da EF requer atenção à individualidade de cada aluno, proporcionando sentimento de pertencimento, cooperação e amparo mútuo, por meio de jogos cooperativos, atividades lúdicas e exercícios adaptados (Omote, 2003; Murcia, Taborda & Ángel, 1998 apud Sassaki, 1998). Além disso, é fundamental promover respeito e interação entre estudantes, familiares, funcionários e comunidade escolar, consolidando valores como solidariedade, empatia e cultura de paz (Cortina, 1991; Larrosa, 1998).

A diversidade metodológica também é essencial para atingir todos os alunos, oferecendo alternativas de ensino que valorizem diferenças e promovam a aprendizagem significativa. O professor atua como mediador, facilitando a relação dos alunos consigo mesmos, com os colegas e com os objetos de aprendizagem, promovendo autonomia, autogoverno e participação social (Oliveira, 1993; Vygotsky, 1991).

Assim, a EF inclusiva deve ter como objetivo formar alunos capazes de participar ativamente de atividades corporais, respeitando diferenças individuais e promovendo competências sociais, cognitivas e motoras. A disciplina deve romper com métodos tradicionais e criar novas estruturas pedagógicas, focadas no princípio da inclusão, na valorização das habilidades de cada aluno e na construção de um ambiente escolar democrático e colaborativo (Cidade & Freitas, 2002; Darido & Rangel, 2005; Lara & Pinto, 2017).

Como foi possível perceber através das pesquisas expostas, que em sua totalidade apresenta que a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas regulares de educação física é algo que favorece os alunos, desenvolvendo suas habilidades, levando-os a construir novos conhecimentos, a conviver com pessoas diferentes, a acreditar em si mesmo, a compreender e reconhecer suas habilidades.

Assim, quando as aulas são bem elaboradas, os professores possuem conhecimento adequado, os alunos participam de maneira concreta, o trabalho de inclusão acontece de maneira mais fácil, sendo uma ferramenta benéfica de ensino, favorecendo não apenas aos deficientes, mas todos os alunos que compõem o ambiente escolar, pois cria vínculos, valores em todos, ressaltando as habilidades de todos e não suas deficiências.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia, mais do que uma simples técnica, constitui uma articulação entre teoria, realidade e reflexão sobre esta. Para Minayo (2009), o uso de um método no caminho do conhecimento deve ser claro, coeso e organizado, promovendo a articulação entre teoria e prática. Demo (2009) complementa que a metodologia envolve o estudo dos instrumentos utilizados na produção científica, problematizando criticamente a ciência e sua relação com a realidade. Assim, a pesquisa científica



deve ser conduzida de maneira cuidadosa, seguindo procedimentos que garantam a validade e a confiabilidade do conhecimento produzido (Richardson, 2017).

Neste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a legislação vigente para a educação inclusiva e a temática da educação inclusiva, por meio de bases de dados como Google Scholar e SciELO, selecionando artigos científicos para fundamentar a revisão de literatura. A pesquisa também seguiu abordagem quantitativa, que permite quantificar dados e analisá-los por meio de técnicas estatísticas, como cálculo de médias, percentuais e regressões, proporcionando maior precisão nos resultados (Richardson, 2017; Minayo, 2009).

Em termos de procedimentos técnicos, utilizou-se o levantamento, caracterizado pela coleta direta de informações de um grupo representativo de indivíduos. Gil (2008) ressalta que a pesquisa possibilita o aprofundamento na realidade específica, por meio de questões abertas ou fechadas, captando interpretações e explicações próprias do contexto estudado. O desenho da pesquisa combinou métodos e técnicas de forma lógica, garantindo que o problema fosse investigado adequadamente. Foram definidos universo e amostra, sendo o universo o conjunto de elementos com características de interesse (Vergara, 2016) e a amostra uma parte representativa desse universo.

O estudo teve dois enfoques: inicialmente, bibliográfico, buscando autores que discutem a temática da educação inclusiva; em seguida, investigativo, utilizando questionários semiestruturados aplicados a professores. A coleta de dados ocorreu entre abril e junho de 2019, envolvendo 21 professores de Educação Física do ensino fundamental e médio, de 13 escolas (9 públicas e 4 particulares) localizadas nos municípios de Divino de São Lourenço, Dorés do Rio Preto, Guaçuí, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado, na Região do Caparaó Capixaba, Espírito Santo.

O instrumento de pesquisa consistiu em um questionário semiestruturado com 12 perguntas — nove de múltipla escolha e quatro abertas — permitindo que os professores expressassem suas respostas de forma livre. O objetivo do questionário foi identificar a percepção dos docentes sobre a educação inclusiva e os desafios na implementação de metodologias de Educação Física inclusiva, considerando a realidade vivida e seu papel como educador segundo a BNCC. A aplicação do questionário foi autorizada pelas instituições escolares, e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após a coleta, os dados foram analisados quantitativamente, conforme descrito por Richardson (2017), incluindo pré-análise, digitalização, tabulação, construção de gráficos e tabelas, e interpretação dos resultados. As respostas das questões fechadas foram tratadas estatisticamente, permitindo cálculo de percentuais e construção de gráficos, enquanto as questões abertas foram agrupadas em tabelas para análise qualitativa, interpretando padrões e tendências nas respostas dos professores.

O processo de análise seguiu as etapas:



1. Coleta dos dados por meio dos questionários;
2. Pré-análise, descartando questionários incompletos ou ilegíveis;
3. Digitalização dos dados em Word e Excel (Microsoft Office 2019);
4. Cálculo de percentuais de respostas;
5. Construção de gráficos e tabelas;
6. Discussão e interpretação dos dados em consonância com a literatura revisada.

Dessa forma, a metodologia utilizada permitiu compreender a percepção dos professores sobre a educação inclusiva na Educação Física e identificar possíveis entraves e estratégias para a implementação de práticas inclusivas eficazes.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

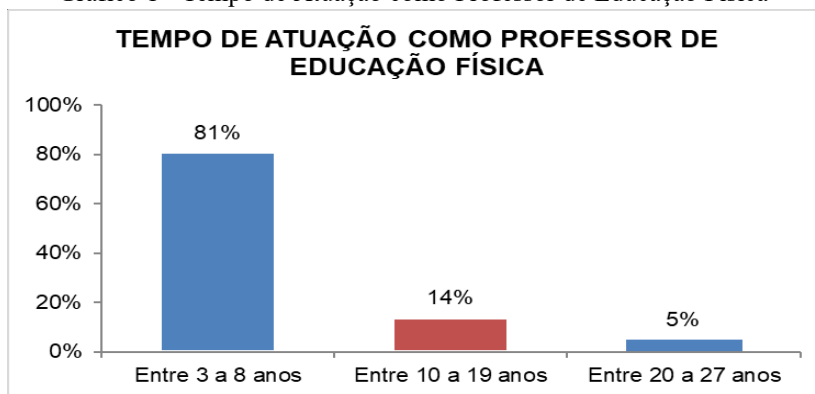
O problema que inspirou a pesquisa voltou-se para questões quanto a percepção dos professores em relação ao trabalho com alunos que necessitam de cuidados especiais nas aulas de educação física.

Durante nossos trabalhos foi constatada a necessidade de haver mais pesquisas relacionadas à Educação Inclusiva no âmbito da Educação Física escolar, pois apesar da educação inclusiva ser um tema recorrente em pesquisas, quando relacionado à educação física, existem poucas pesquisas na área. Em pesquisa efetivada por Mahl e Munster (2015). As autoras destacaram que as primeiras pesquisas sobre Educação Física em interface com a Educação Especial, relacionadas à temática da Inclusão escolar de alunos com deficiência realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar, apareceram a partir do quadriênio 2005-2009.

Partindo desse ponto de vista procurou-se conhecer o entendimento dos professores de ensino médio e fundamental da rede pública e particular do município da região sobre a importância das aulas de educação física inclusiva para portadores de necessidades especiais nas escolas, com a pretensão de saber se estes possuem conhecimento suficiente para atuar com os alunos dessa clientela de inclusos (estudantes da educação especial); assim como, compreender a influência das atividades propostas pelos professores de educação física, durante suas aulas, tendo em vista a inclusão dos deficientes no contexto escolar.

Dos 50 formulários (questionários) distribuídos junto aos professores da rede pública e particular da zona rural e urbana dos municípios onde foram realizadas a pesquisa, 21 professores participaram do processo investigativo entre abril e junho de 2019. No questionário, a questão de número 1, buscou levantar informações a respeito do tempo de atuação como Professor de Educação Física (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Tempo de Atuação como Professor de Educação Física

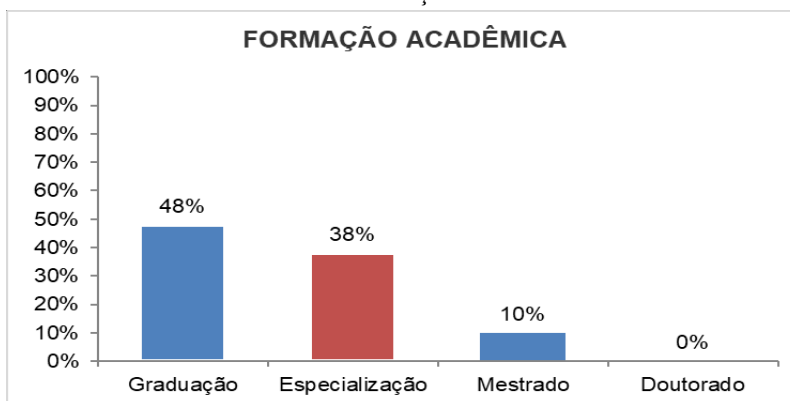


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Conforme os dados coletados, pode-se perceber que a maioria dos professores tem pouco tempo de serviço na escola, sendo 81% dos entrevistados com tempo de atuação entre 3 a 8 anos, 14% com tempo de atuação entre 10 e 19 anos e apenas 5% dos entrevistados já atuam 20 e 27 anos.

Além de entender mais sobre a experiência dos professores na docência, buscou-se também informações quanto às suas formações acadêmicas e especializações, os resultados estão apresentados no gráfico 2:

Gráfico 2 – Formação Acadêmica

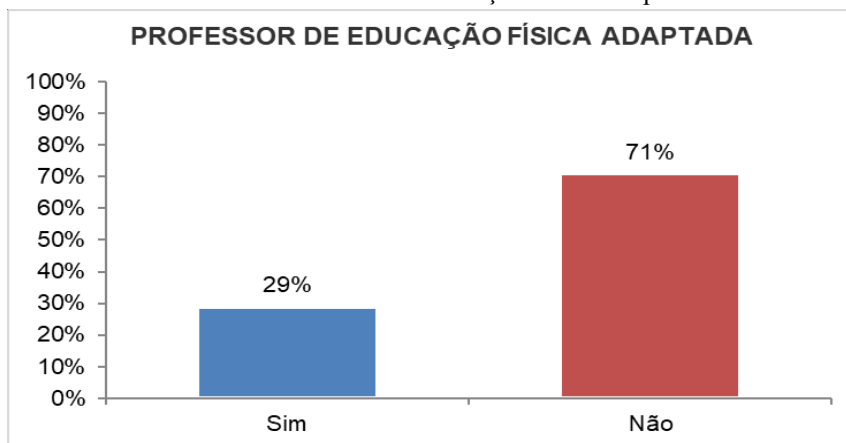


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Conforme pode ser observado que 48% dos professores entrevistados, possuem apenas, a graduação, 38% apresentam pós-graduação e, somente, 10% têm mestrado. Nenhum deles possui doutorado.

Em relação ao trabalho docente com a educação física adaptada, ou seja, aquela em que os profissionais precisam estar capacitados para serem capazes de prestar atendimento de todos, sem exclusão de alunos com necessidades especiais, buscou-se informações sobre a atuação como professor de educação física adaptada (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Professor de Educação Física Adaptada

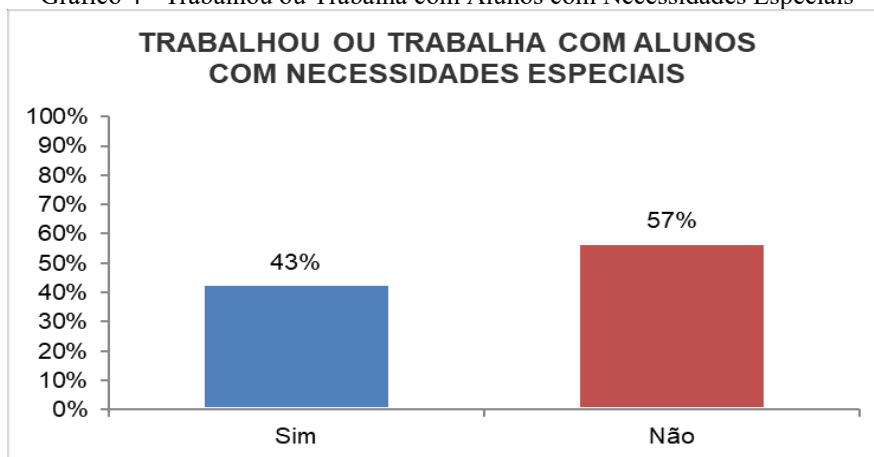


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Observa-se, pois, que, 29% dos entrevistados atuam ou já atuaram como professor de educação física adaptada, e 71% afirmaram não exercer ou ter exercido essa atividade.

Buscou-se então informações a respeito do trabalho com alunos com necessidades especiais (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Trabalhou ou Trabalha com Alunos com Necessidades Especiais

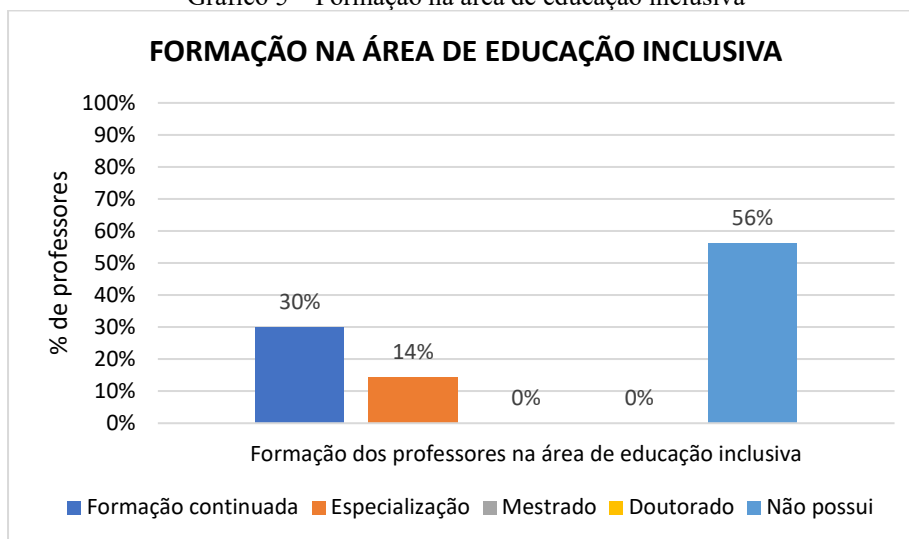


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Acerca desse tema, constatou-se, que 43% dos professores declararam já terem trabalhado e ou/continuam trabalhando com alunos com necessidades especiais, o que é um dado significativo para a presente pesquisa. Esse dado é intrigante quando comparado com o gráfico 3, apenas 27% afirmaram ter trabalhado com uma educação física adaptada, sendo que no gráfico 4, quase metade dos entrevistados (43%) responderam já ter trabalhado com alunos com necessidades especiais.

Uma outra indagação presente em nossos questionários foi em relação a formações continuadas e especializações na área de educação inclusiva. Os resultados estão demonstrados no gráfico 5:

Gráfico 5 – Formação na área de educação inclusiva



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

As respostas confirmam uma realidade comum em muitas escolas, poucos professores buscam especializações na área de educação física inclusiva. Com mais da metade dos professores nunca tendo se especializado na área de educação física adaptada (ou inclusiva), mesmo que quase metade (43%) tenha afirmado no gráfico anterior trabalhar ou já ter trabalhado com alunos com necessidades especiais.

Está previsto na Lei 9.394/96 (LDBEN), em seu artigo 59, inciso III, que os profissionais da educação regular devem buscar a formação continuada para a integração desses alunos nas classes comuns (BRASIL, 1996). Neste sentido, como mediador e interventor, o professor de Educação Física escolar deve estar comprometido com sua formação continuada e processo de especialização, não bastando apenas alterar e modificar o espaço escolar, mas é preciso dar ênfase à formação dos docentes.

Desse modo, conforme previsto pela lei e diante dos resultados encontrados na realidade da escola, é dever do estado incentivar os profissionais a buscarem formações específicas ofertando para isso cursos, atualizações e treinamentos para que os alunos portadores de necessidades especiais possam gozar de seu direito educacional.

É importante ressaltar que para as perguntas n<sup>os</sup> 5 a 10, os professores poderiam marcar mais de uma ou todas as respostas, caso concordassem com elas, assim, alguns professores marcaram mais de uma resposta, mas nenhum professor marcou todas. Os resultados dessas perguntas estão apresentados nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Em relação aos cursos de curta duração realizados pelos professores na área de educação inclusiva, buscamos informações sobre quais as áreas os professores especializaram. Os resultados estão demonstrados na **Quadro 1**:



Quadro 1 - Relação dos cursos realizados pelos professores na área de Educação Inclusiva

Cursos	Professores
Jogos lúdicos no Ensino Especial	19%
Estimulação Precoce	6%
Autismo e Jogos Adaptados	15%
Educação Física Inclusiva	86%
Educação Psicomotora: Psicomotricidade Relacional	43%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Destaque para o curso de Educação Física Inclusiva (86%) com grande evidência, seguido do curso de Educação Psicomotora: Psicomotricidade Relacional (43%), os Jogos lúdicos no Ensino Especial (19%), o curso de Autismo e Jogos Adaptados (15%). Por fim, o de Estimulação Precoce (6%). Em seus trabalhos Gomes (2013), afirma que a inclusão é um grande desafio e a formação dos docentes para lidarem com esses alunos é de suma importância.

Ressalta-se que, alguns professores possuem um ou mais cursos na área de Educação inclusiva, portanto, estando aptos a atuarem junto aos alunos portadores de necessidades especiais, inclusive em escola regular.

Ao serem perguntados sobre o que entendem como processo de inclusão, 62% dos professores afirmaram que o processo de inclusão é “A inclusão de todos os alunos com necessidades especiais em uma turma regular de forma gradativa respeitando a capacidade, habilidades, especificidades e o processo de aprendizagem”. Outros 38% afirmaram que inclusão se trata de “Inserir o aluno em todos os processos de aprendizagem no ambiente, de forma adaptada ou natural, independentemente de sua necessidade ou grau de comprometimento” e 19% afirmaram que a inclusão é Um processo importante na formação de todos os alunos, que promove o conhecimento, a diversidade e a superação dos próprios limites (19%), como demonstrado na **Quadro 2**:

Quadro 2 - O que os professores entendem como processo de inclusão

Inclusão	Professores
A inclusão de todos os alunos com necessidades especiais em uma turma regular de forma gradativa respeitando a capacidade, habilidades, especificidades e o processo de aprendizagem	62%
Um processo importante na formação de todos os alunos, que promove o conhecimento, a diversidade e a superação dos próprios limites	19%
Inserir o aluno em todos os processos de aprendizagem no ambiente, de forma adaptada ou natural, independentemente de sua necessidade ou grau de comprometimento	38%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Conforme pode ser notado, os profissionais entendem seu papel transformador frente a inclusão dos alunos em suas aulas, e deste modo o professor de Educação Física escolar tem papel





significativo no desenvolvimento de suas aulas junto a essa clientela. Tal papel já era reforçado no trabalho de Lapierre (1998) que afirma que todas as práticas motoras e de atividades físicas e inclusivas fazem parte de um processo de “reeducação,” aperfeiçoando e alargando as peculiaridades de cada aluno, isto é, que os processos físicos estão acoplados aos processos cognitivos. E ainda, para os alunos que apresentam deficiências, essas práticas beneficiam os aspectos sociais, de segurança e de confiança perante si mesmo e do mundo a sua volta.

Em relação ao entendimento dos professores quanto as práticas de educação física que podem auxiliar no processo inclusivo, 52% dos professores assinalaram que as práticas de educação física podem auxiliar no processo de inclusão por meio de atividades recreativas, psicomotoras, convivência em grupo, experimentação do corpo em diversas atividades, jogos e brincadeiras, desenvolvendo habilidades básicas, favorecendo autoconfiança e autodomínio, 38% afirmaram que a educação física pode oferecer ao estudante (Portador de Necessidades Especiais - PNEE) formas de incluir e promover o desenvolvimento intelectual, motor, afetivo e propiciando a socialização e cooperação, 24% dos profissionais afirmaram que a educação física é capaz de promover maior interação, respeito, perspectiva, autoestima, melhorando a identidade do aluno e apenas 5% dos entrevistados afirmaram que a realizando-as de forma lúdica. Conforme **Quadro 3**.

Quadro 3 - Como as práticas de Educação Física podem auxiliar no processo inclusivo

Inclusão	Professores
Oferecendo ao estudante (PNEE) formas de incluir e promover o desenvolvimento intelectual, motor, afetivo e propiciando a socialização e cooperação	38%
Por meio de atividades recreativas, psicomotoras, convivência em grupo, experimentação do corpo em diversas atividades, jogos e brincadeiras, desenvolvendo habilidades básicas, favorecendo autoconfiança e autodomínio	52%
Promovendo maior interação, respeito, perspectiva, autoestima, melhorando a identidade do aluno	24%
Realizando-as de forma lúdica	5%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Em seus trabalhos Brito e Lima (2012), afirmam que 97% dos professores creem que a participação do aluno que apresenta deficiências em aulas de Educação Física em muito pode contribuir para sua inclusão na comunidade escolar. Para tanto, trabalhar com alunos de forma inclusiva, é uma forma de reafirmar que essa necessidade de adequação e de respeito está cada vez mais concentrada nos espaços e contextos escolares e também na prática de educação física, entretanto, muitos são os desafios para que haja a inclusão real desses alunos.

Referente às dificuldades encontradas pelos professores, 38% afirmaram haver resistência por parte da turma, aceitação e realização a adequações de determinadas atividades de forma que todos participem coletivamente. 33% afirmaram que encontraram dificuldades referentes a falta de



estrutura, infraestrutura e monitores; 29% destacaram também a falta de material, monitores para o acompanhamento de todos os alunos e falta de espaço físico e 24% informaram a falta de monitores e turmas com grande quantidade de alunos. Os demais (5%) dos participantes não responderam, os resultados estão demonstrados na **Quadro 4**.

Quadro 4 - Dificuldades encontradas pelos Professores de Educação Física

Dificuldades	Professores
Falta de material, monitores para o acompanhamento de todos os alunos e falta de espaço físico	29%
Falta de monitores e turmas com grande quantidade de alunos	24%
Falta de estrutura, infraestrutura e monitores	33%
Resistência por parte da turma, aceitação e realização a adequações de determinadas atividades de forma que todos participem coletivamente	38%
Não respondeu	5%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Analizando situações as quais os professores estão diariamente submetidos, Soler (2009), defende os direitos do professor, tais como: “ter um espaço, material, boa remuneração, valorização de sua profissionalidade, enfim todas as condições mínimas para um ensino de qualidade”. Sendo assim, ter apoio pedagógico, espaço e material adequado para o trabalho docente é indispensável para a realização do trabalho do professor de educação física. Entretanto, contrastando com esse resultado, um número que chama atenção é que 38% dos entrevistados afirmou que a maior dificuldade é a resistência da turma.

Contrastando com os resultados obtidos Freire (1989) afirma que o que falta nas escolas, na maioria das vezes, não é material, é criatividade. Ou melhor, falta o material mais importante. Essa tal criatividade nunca é ensinada nas escolas de formação profissional. Sendo assim, o preparo do professor para enfrentar tais situações é de indispensável importância.

Seguindo às indagações questionamos que medidas poderiam reverter essas dificuldades? Os participantes destacaram que deveria ter materiais adequados, monitores, cursos de capacitação na área e diagnósticos dos alunos (80%). Com igual percentual, ter Infraestrutura e material propício e redução de alunos por turma e Educação familiar que deve ser reforçada na escola ambos com 10%. E nenhum professor considerou que um aumento de hora/aula por semana e aulas de educação física desde as séries iniciais seria importante para redução das dificuldades, ficando, portanto, com 0%, conforme demonstrado na **Quadro 5**.



Quadro 5 - Medidas para reverter essas dificuldades

Soluções	Professores
Materiais adequados, monitores cursos de capacitação na área e diagnósticos dos alunos (maioria não possui)	80%
Aumento de hora/aula por semana e aulas de educação física desde as séries iniciais	0%
Infraestrutura e material propício e redução do número de alunos por turma	10%
Educação familiar que deve ser reforçada na escola	10%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Os dados demonstrados na Tabela 5, são particularmente interessantes quando comparados com os dados da tabela 4, onde a falta de material, estrutura e monitores corresponderam a, respectivamente, 29%, 24% e 33% das dificuldades enfrentadas pelos professores de educação física.

Em relação a forma como a Educação Física pode promover a inclusão, 48% dos entrevistados afirmou que deve ser por meio de exercícios que todos possam participar, desenvolvendo uma prática educacional mais específica em que todos aprendam juntos, garantindo um bom nível de ensino aos alunos; 38% afirmou que deve ser promovendo a inserção e participação de forma lúdica e divertida de maneira adequada a cada aluno; ou ainda, 14% afirmam que deve ser de uma forma de educar fisicamente, promovendo a socialização, aceitação, cooperação e o desenvolvimento intelectual, motor, afetivo. Conforme **Quadro 6**:

Quadro 6 - De qual forma a Educação Física pode promover a Inclusão

Soluções	Professores
Por meio de exercícios que todos possam participar, desenvolvendo uma prática educacional mais específica em que todos aprendam juntos, garantindo um bom nível de ensino aos alunos	48%
Promovendo a inserção e participação de forma lúdica e divertida de maneira adequada a cada aluno	38%
Uma forma de educar fisicamente, promovendo a socialização, aceitação, cooperação e o desenvolvimento intelectual, motor, afetivo	14%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Ainda conforme os resultados apresentados na **tabela 6**, podemos notar que os professores entendem os benefícios que a Educação Física pode trazer para seus praticantes e para a inclusão de alunos. Em seus estudos Gorgatti (2005), apresenta os benefícios motores para crianças com atrasos de desenvolvimento. Os estudos apontaram que as crianças que praticaram durante oito semanas atividades nas aulas de educação física adaptada foram capazes de desenvolver habilidades diferenciadas, assim como construir sua independência.

Quanto aos critérios de avaliação que os participantes utilizam para acompanhar a evolução dos alunos com necessidades especiais, foi feita uma pergunta discursiva para que os professores escrevessem quais seus critérios de avaliação, 19% afirmaram que utilizam a participação dos alunos;



14% afirmaram usam a interação entre os alunos, 10% dizem utilizar o diagnóstico médico e diálogo com os pais (10%). Os demais itens como: avaliação processual, atividades práticas, aprendizagem, avaliação diagnóstica, formativa, somativa receberam 5% das respostas, além destes, 5% afirmaram também não avaliar utilizando nenhum instrumento, 21% responderam que não trabalham atualmente com alunos com necessidades especiais e 11% não responderam, os resultados estão demonstrados na **Quadro 7**.

Quadro 7 - Critérios de Avaliação utilizado para acompanhar a evolução dos alunos com Necessidades Especiais

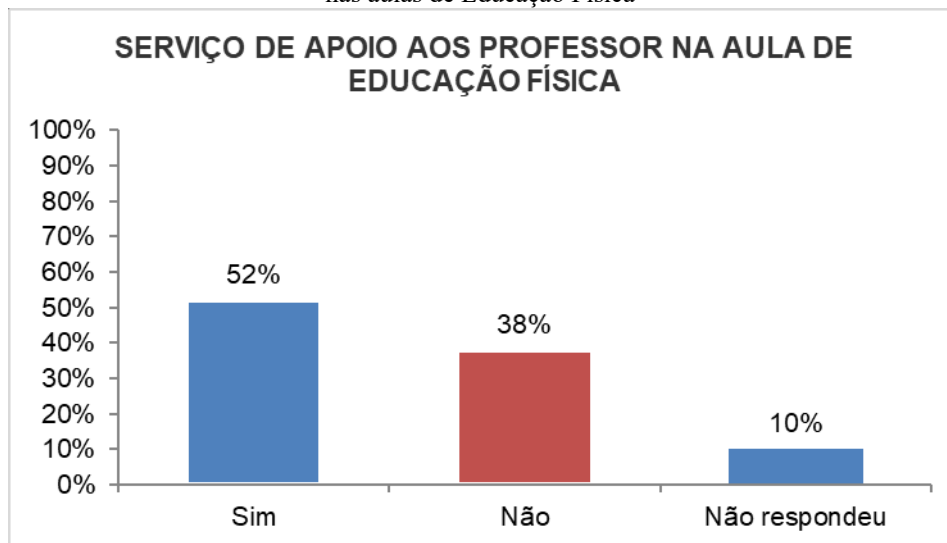
Soluções	Professores
Nenhum	5%
Participação	19%
Processual	5%
Não trabalho	21%
Atividades práticas	5%
Aprendizagem	5%
Diagnóstico médico e diálogos com os pais	10%
Interação	14%
Avaliação diagnóstica, formativa, somativa	5%
Não respondeu	11%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Conforme pode ser notado, de acordo com as respostas dos entrevistados, não há uma padronização dos métodos de avaliação de alunos portadores de necessidades especiais, isso pode ser explicado pela falta de formação conforme demonstrado no **gráfico 5** e/ou pelas dificuldades enfrentadas pelos professores conforme demonstrado na **tabela 1**.

Sobre os serviços de apoio educacional, foi perguntado também se a escola possui algum desses serviços como intérpretes, estagiários, acompanhantes, etc. para auxiliar o professor nas aulas de educação física. Um resultado impressionante foi que, 38% disseram que não existe profissional de apoio; ou seja, em mais da metade das escolas, não há um profissional que possa apoiar esses alunos e o professor durante as aulas de educação física, outros 52% dos entrevistados afirmaram que contam com auxílio de profissional de apoio e 10% não responderam, conforme **Gráfico 6**

Gráfico 6 - A escola possui algum serviço de apoio aos Portadores de Necessidades Especiais para auxiliar o professor nas aulas de Educação Física



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Para os que responderam contar com profissionais de apoio, houve também a indagação sobre quais são os serviços de apoio com os quais podem contar verificou-se que 24% são Cuidadores, 5% contam com Estagiários, 5% contam apenas com o apoio da Coordenação Pedagógica e outros 5% contam com Intérprete de Libras (5%), os resultados estão descritos na **Quadro 8**.

Quadro 8 – Serviços de Apoio na Escola

Profissionais	Quantidade
Estagiários	5%
Cuidadores	73%
Apoio da CP	6%
Intérprete de Libras	6%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Conforme demonstrado, a estrutura envolvendo profissionais de apoio para auxiliar nas aulas de educação física ainda é precária. Também deve-se ressaltar a necessidade de a escola possuir algum serviço de apoio para auxiliar o professor nas aulas de educação física. Assim, pode-se entender que as instituições escolares participantes da pesquisa devem estar em consonância com a Lei de Diretrizes e Base, Lei 9394, artigo 58, inciso 1º: “Haverá, sempre que necessário serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades de clientela de educação especial” (BRASIL, 1996).

Na visão de Sassaki (1997) a educação inclusiva, no campo educacional, conduz ao conceito de o que viria a ser o processo inclusivo e nesse processo a sociedade se adapta para conseguir incluir. A inclusão deve ocorrer de forma ampla e social, apontando para a redução dos problemas, equiparando as condições para todos.



Também um dos nós observado na pesquisa, relaciona-se à questão da forma de avaliação dos alunos incluídos. Pelos praticantes ficou muito evidente que não se preocupam com a questão da avaliação ou não a realizam. Nesse sentido, é importante frisar que o “professor, durante a atividade, deve observar individualmente cada criança, e descobrir suas necessidades, e a partir daí, planejar suas aulas. É muito importante que as crianças se sintam desafiadas e estimuladas, a cada vez aprender mais” (SOLER, 2002).

A Educação Física escolar, quando trabalhada de forma correta, pelo profissional capacitado, pode cooperar expressivamente para o processo de inclusão escolar. “Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem de reconhecer as suas habilidades [...] As características mais importantes das crianças e jovens com deficiência são as suas habilidades” (SOLER, 2009).

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou mostrar a percepção dos professores de Educação Física quanto a educação inclusiva nas escolas da rede pública das cidades de Dores do Rio Preto/ES, Guaçuí/ES, Divino de São Lourenço/ES, São José dos Calçados/ES, Bom Jesus do Norte/ES, cidades que fazem parte da região do Caparaó Capixaba – ES.

Em relação aos questionários as questões de número 01 a 05 referem-se a instrumentos destinados ao perfil profissional dos participantes, constatando-se que em sua maioria são profissionais de Educação Física, com relativamente pouco tempo de atuação em escolas, todos graduados, mas poucos possuindo cursos específicos na área de educação inclusiva, o que leva muitos a conhecer pouco sobre a educação física adaptada, para a clientela em foco.

Outro ponto que chamou a atenção nos resultados da pesquisa, foi alegarem os participantes que a maior dificuldade que encontram no trabalho com os estudantes da educação especial refere-se à resistência por parte da turma, aceitação e realização, adequações de determinadas atividades, de forma que todos participem coletivamente, deste modo, entende-se que o maior problema para a inclusão é a falta de criatividade dos professores que não estão sendo capazes de envolver os alunos plenamente em suas atividades.

Em seus trabalhos, Lara e Pinto (2017) ressaltam a necessidade de se conscientizar os professores de Educação Física, para que se reflita sobre o desenvolvimento e atividades que possam atender os estudantes da educação especial nas suas aulas, lembrando de sua importância para o processo de inclusão dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais, estimulando assim, sua integração no contexto escolar e na vida.

Sendo assim, a inclusão é uma atividade que solicita mudanças em todas as dimensões do ambiente físico e da mentalidade de todas as pessoas, com o fim de se conseguir uma sociedade



que acate e estime a questão da diversidade humana. É, portanto, a inclusão, tema atual, que calha em transformações culturais e socioculturais.

Nesse ponto de vista os resultados apresentaram que os professores consideram que a Educação Física é parte fundamental da inclusão escolar, pois é uma disciplina que trabalha a socialização através da atividade física, apesar disso, conforme os dados coletados, muitos professores encontram diversas dificuldades em trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais, seja por desconhecimento ou simplesmente por falta de infraestrutura.

No âmbito escolar, a prática de atividades físicas é de suma importância para os estudantes da educação especial, considerada pois, fundamental para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor dos alunos, oportunizando além disso, um ambiente favorável para desenvolver a coletividade, a cooperação, a socialização e o respeito entre eles, independentemente de qualquer limitação física. Em suas pesquisas Goodwin e Watkison (2000) também comprovaram que esses alunos ao participarem de aulas de educação física com atividades inclusivas conseguiram desenvolver competências, além de favorecer a auto estima, e se sentir parte do meio.

Outras questões envolvidas na pesquisa foram em relação a formação dos profissionais de Educação Física Adaptada, onde foi constatada uma formação precária em relação as graduações e especializações para a atuarem na educação inclusiva, muito embora possuam muitos afirmem já ter trabalhado com esse tipo de clientela, esse resultado reforça a importância de o estado ofertar e incentivar a participação em cursos de aperfeiçoamento, visando uma escola e uma sociedade cada vez mais inclusiva. Além disso, quando buscamos informações quanto ao tipo de avaliação dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, o que pudemos observar foi que as respostas foram muito subjetivas e variadas, o que demonstra que não há um padrão de avaliação para esse público.

Entretanto foi possível constatar ainda por meio dos resultados que o professor de Educação Física tem que estar sempre atento às atitudes e comportamentos dos inclusos, buscando a criatividade no suprimento da falta de materiais adequados para algumas deficiências e até mesmo em condições de acessibilidade, bem como algum monitor ou cuidador para algumas deficiências que assim a exigem.

Diante de nossos resultados, chegamos à conclusão que na visão dos professores as atividades físicas inclusivas são essenciais para a construção do processo inclusivo de alunos com necessidades especiais, entretanto, existem ainda muitas barreiras que dificultam esse processo, como a pouca formação e/ou experiência do professor, a falta de infraestrutura e suporte pedagógico adequado, sendo que esse suporte, quando existe, é realizado na maioria das vezes com pessoas com baixa formação ou experiência na área.





## REFERÊNCIAS

BOATO, Elvio Marcos. Introdução à Educação Psicomotora: a vez e a voz do corpo na escola. 2. ed. Brasília: Hildebrando Editor e Autores Associados, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a

91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília-DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União - Seção 1 – n. 181, p. 26. Brasília-DF: 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/8/2009, Página 3 (Publicação Original). Brasília: 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/11/2011, p. 12. Brasília-DF: 2011.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1961, p. 11429. Brasília-DF: 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971, p. 6377. Brasília-DF: 1971.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. 168º da Independência e 101º da República. Brasília- DF: 1989

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 175º da Independência e 108º da República. Brasília: 1996.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - Eletrônico - 20/12/2000, p. 2. Brasília-DF: 2000.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b. Seção 1, p. 1, Ed. Extra.



BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Educação física. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares: estratégias de ensino para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial. SEF/SEESP: Brasília, 1998.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2001.

BRITO, R. F. de A; LIMA, J. F. Educação física adaptada e inclusão: desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência. *Corpo, Movimento e Saúde*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 1-12, jan./jun., 2012.

BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação Especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília, DF, CAPES, 2008. p. 43-63.

CELEDÓN, Esteban Reyes. Inclusão escolar: um desafio. Disponível em: <http://www.geocities.com/profestebanpolanco/inclusao.htm>. Acesso: 16 de nov. 2008

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. *Integração*, Brasília, v.14, p. 26-30, 2002.

DARIDO, Suraya Cristina. Educação física na escola: questões e reflexões. São Paulo: Topázio, 1999.

DARIDO, S. C et al. A educação física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. *Rev. paul. Educ. Fis.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p.17-32, jan./jun. 2001.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005, 293p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências, A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral. Salamanca-Espanha: 1994.

DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FREIRE, P. (1989). A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam São Paulo Autores Associados.

FREITAS, A. L. S. Registro. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

FREITAS, A. F. S; LEUCAS, C. B. de. O Desafio da Inclusão: o professor de educação física e a construção do processo de ensino e aprendizagem com a participação de um aluno com deficiência. In: *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso*



Internacional de Ciências do Esporte. Salvador: 20 a 25 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4033746.pdf>>. Acesso em: 24 de agosto de 2019.

FERREIRA, Maria Elisa Caput e GUIMARÃES Marly. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, F. Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 8 de fevereiro de 2019.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas de inclusão e currículo: transformação ou adaptação da escola?. In: Trajetórias e processos de ensinar a aprender: sujeitos, currículos e culturas. XIV ENDIPE, pp.582-594.2007.

GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. Começando uma conversa sobre o currículo. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2008.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. Política de Educação especial e currículo: disputas sobre natureza, perspectiva e enfoque. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 19, n. 55, p. 54-70, out./dez. 2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo. Atlas. 2008.

GLAT, R; FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G. de.; SENNA, L. A. G. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil. Relatório de consultoria técnica do Banco Mundial. 2003, p. 01-63.

GOMES, T de S. Educação física como forma de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. 2013. 16f. Trabalho de Conclusão de Curso (de Educação Física) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES. Curso de Licenciatura em Educação Física. Brasília, 2013.

GOODSON, I. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOODWIN DL, WATKINSON EJ. Inclusive physical education from the perspective of students with physical disabilities. Adapt Phys Activ Q. 2000;17:144-63.

GORGATTI, M. G. Educação física escolar e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores. 2005. 189 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de São Paulo– USP. São Paulo: 2005.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In: SORRI-BRASIL. Ensaio Pedagógico – construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. p. 07-14.

IVERSON, A. M. Estratégias para o manejo de uma sala de aula inclusiva. In.: STAINBACK, S; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: ArtMed, 1999. p.335-352.

LAPIERRE, A. Cinesiologia, reeducação postural, reeducação psicomotora. São Paulo: Manolo, 1998.

LARA, F. M; PINTO, C. B. G. C. A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente. Universitas: Ciências da Saúde, Brasília, v. 15, n. 1, p. 67-74, jan./jun. 2017.



- LIMA, S. M. T; DUARTE, É. Educação Física e a escola inclusiva. In.: SOBAMA. Temas em educação física adaptada. Curitiba: UFPR, 2001.
- MAHL, E; MUNSTER, M. de A. van. Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UFSCar na Interface Educação Física e Educação Especial. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 21, n. 2, p. 299-318, 2015.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Ed.SENAC, 1997. 235p.
- MANTOAN. M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. Pela escola inclusiva para todos, Direcional escolas, jul. de 2007.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão sócioeducacional. São Paulo: Mackenzie, 2002.
- MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2012.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_ (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemos (2011). Educação Especial e Educação Inclusiva: aproximações e convergências. Trabalho Completo. Anais da 1ª Semana de Pedagogia da Católica. Faculdade Católica de Uberlândia.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.
- OLIVEIRA, E.; MACHADO, K. S. Adaptações curriculares: caminho para uma educação inclusiva. In: GLAT. R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- OLIVEIRA, J. D. B.; SANTOS, A; RABELLO, R. Análise da produção do conhecimento em Educação Física Adaptada na perspectiva da educação inclusiva em periódicos científicos. In: XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Porto Alegre: 2011. p. 2-4.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. (1980).
- ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1975.
- PACHECO, José Augusto. Escritos Curriculares. – São Paulo. Editora Cortez, 2005.
- PAIM, M. C. C. Reflexões sobre educação física escolar. Revista Kinesis, Santa Maria, n. 26, p.158-166, 2002.



PARECER Nº 01/2002 CNE/CP, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U. de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.

PAULON, SIMONE et al (2005). Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto- Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de julho de 2015. Não paginado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 20 mar. 2020.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES, D. A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Lisboa, n. 24-25, 2003. Disponível em: . Acesso em 08 de abril. 2019.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. Movimento, Niterói, EdUFF, n. 1, p.78-91, maio 2000.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida. São Paulo. Aurea: 2003.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

STAINBACK, S. et al. A aprendizagem nas escolas inclusivas: e o currículo?. In: STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão: Um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999. pg. 240 – 250.

SOLER, Reinaldo. Brincando e aprendendo na Educação Física Especial. São Paulo: Sprint, 2002.

SOLER, R. Educação Física Inclusiva na Escola: em busca de uma escola plural. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

SOUZA, D. V de. As contribuições da Educação Física para o processo de inclusão no ensino regular. 2011. 42f. Monografia (de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Universidade de Brasília – UnB. Instituto de Psicologia – IP. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS. Brasília: UAB/UnB, 2011.

STRAPASSON, A. M; CARNIEL, F. A Educação Física na Educação Especial. Revista Digital, Buenos Aires, Ano 11, n. 104. 2007. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>>. Acesso em: 27 de abril de 2019.



UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VICENTE, M. C.; AGUADO, J. de C. A proteção e defesa da pessoa com deficiência: a evolução da legislação até a promulgação da lei 13.146 de 2015 e a garantia do direito à saúde. Anais do congresso brasileiro de processo coletivo e cidadania. 2016. p. 93-99



## ANEXO I

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Questionário – Professor (a) de Educação Física

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para a conclusão Mestrado em Ciência da Educação pelo Centro de Estudos Avançados e em Mestrado e Pesquisa – Instituto AACILUS, cujo tema é “A importância das aulas de Educação Física inclusiva nas escolas” e gostaria de contar com a sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração! Matheus Alves Brito de Almeida

1- Tempo de atuação como professor de educação física:

- ☐ menos de 3 anos
- ☐ entre 3 a 8 anos
- ☐ 10 e 19 anos
- ☐ entre 20 e 27 anos

2- Formação acadêmica:

- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Possui curso na área de educação inclusiva
- ☐ Possui curso de pós-graduação na área de educação inclusiva
- ☐ não possuem nenhuma formação específica
- ☐ Possui curso de educação continuada

3- Já trabalho como professor de educação física adaptada? ☐ sim ☐ não

4- Já trabalhou e/ ou trabalha com alunos com necessidades especiais? ☐ sim ☐ não

5- Relação dos cursos realizados pelos professores na área de educação inclusiva.





- ☐ Jogos lúdicos no Ensino Especial
- ☐ Estimulação precoce
- ☐ Autismo e Jogos adaptados
- ☐ Educação Física Inclusiva
- ☐ Educação psicomotora: psicomotricidade relacional

6- O que os professores entendem como processo de inclusão?

- ☐ A inclusão de todos os alunos com necessidades especiais em uma turma regular de forma gradativa respeitando a capacidade, habilidades, especificidades e o processo de aprendizagem.
- ☐ Um processo importante na formação de todos os alunos, que promove o conhecimento, a diversidade e a superação dos próprios limites.
- ☐ Inserir o aluno em todos os processos de aprendizagem no ambiente, de forma adaptada ou natural, independentemente de sua necessidade ou grau de comprometimento.

7- Como você acredita que as práticas de educação física podem auxiliar no processo inclusivo?

- ☐ Oferecendo ao estudante (PNEE) formas de incluir e promover o desenvolvimento intelectual, motor, afetivo e propiciando a socialização e cooperação.
- ☐ Por meio de atividades recreativas, psicomotoras, convivência em grupo, experimentação do corpo em diversas atividades, jogos e brincadeiras, desenvolvendo habilidades básicas, favorecendo autoconfiança e autodomínio.
- ☐ Promovendo maior interação, respeito, perspectiva, autoestima, melhorando a identidade do aluno.
- ☐ Realizando-as de forma lúdica.

8- Dificuldades encontradas pelos professores.

- ☐ Falta de material, monitores para o acompanhamento de todos os alunos e falta de espaço físico.
- ☐ Falta de monitores e turmas com grande quantidade de alunos. (    ) Falta de estrutura, infraestrutura e monitores.
- ☐ Resistência por parte da turma, aceitação e realização, adequações de determinadas atividades de forma que todos participem coletivamente.

9- Que medidas poderiam reverter essas dificuldades?

- ☐ Materiais adequados, monitores, cursos de capacitação na área e diagnósticos dos alunos



(maioria não possui).

- ☐ Aumento de hora/aula por semana e aulas de educação física desde as séries iniciais. ☐ Infraestrutura e material propício. 10% Redução de alunos por turma.
- ☐ Educação familiar que deve ser reforçada na escola, não conduzida.

10- De qual forma a Educação Física pode promover a inclusão.

- ☐ Por meio de exercícios que todos possam participar, desenvolvendo uma prática educacional mais específica em que todos aprendam juntos, garantindo um bom nível de ensino aos alunos.
- ☐ Promovendo a inserção e participação de forma lúdica e divertida de maneira adequada a cada aluno.
- ☐ Uma forma de educar fisicamente, promovendo a socialização, aceitação, cooperação e o desenvolvimento intelectual, motor, afetivo.

11- Quais critérios de avaliação você utiliza para acompanhar a evolução dos alunos com necessidades especiais?

12- A sua escola possui algum serviço de apoio (intérpretes, estagiários, acompanhantes, etc.) para auxiliar o professor nas aulas de educação física? Se positivo, especifique qual (is):

13 - Cite algumas sugestões para aprimorar o trabalho da educação física frente ao processo de inclusão escolar:



## ANEXO II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(s) Professores (s):

Gostaríamos de pedir sua autorização para que participe do nosso estudo “A importância das aulas de Educação Física inclusiva para portadores de necessidades especiais nas escolas”, que tem como objetivo identificar a opinião dos professores sobre a temática da Educação Física inclusiva. Trata-se de uma pesquisa científica para realização de uma dissertação, com intuito da obtenção do grau de Mestre em Ciência da Educação. A qualquer momento da realização desse estudo o participante poderá tirar suas dúvidas. Qualquer participante selecionado ou selecionada poderá recusar-se a participar de qualquer fase da mesma, sem nenhum constrangimento ou prejuízo para os mesmos. O seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos, e apresentados na forma de uma dissertação, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este termo de consentimento livre e esclarecido” no local indicado abaixo concordando em participar da pesquisa, respondendo um questionário para obtenção de dados para a pesquisa. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Eu, Matheus Alves Brito de Almeida, assino o termo de consentimento, após fazer os esclarecimentos necessários para realização desta pesquisa que objetiva entender a importância das aulas de Educação Física inclusiva para portadores de necessidades especiais nas escolas, concordando preencher o questionário, onde os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados

Brasil, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Pesquisador: Matheus Alves Brito de Almeida